

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.288 - MG (2018/0304924-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : ANDREA PAGGIOLI DOS SANTOS BRANDAO
ADVOGADOS : GILMARA APARECIDA DE CASTRO GARCIA - MG096833
ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI E OUTRO(S) -
MG075853N
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : MARIA APARECIDA DOS SANTOS E OUTRO(S) - MG039214N

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Andrea Paggioli dos Santos Brandão, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 210):

APELAÇÃO CÍVEL - PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA-
PAGAMENTO DE FUNDO DE GARANTIA - EFETIVAÇÃO PELA
LEI COMPLEMENTAR Nº100/2007 - INCONSTITUCIONALIDADE
QUANTO A EFETIVAÇÃO DOS SERVIDORES RECONHECIDA
PELO COL. STF NO JULGAMENTO DA ADI Nº 4.876/DF -
MODULAÇÃO DOS EFEITOS - AFASTAMENTO DA
PRECARIEDADE DO VÍNCULO DURANTE O PERÍODO DE
VIGÊNCIA DA NORMA - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE
NULIDADE DOS CONTRATOS DE TRABALHO - RECURSO
DESPROVIDO.

1. O col. STF pronunciou-se pela inconstitucionalidade do art. 7 da Lei Complementar Estadual nº 100/07, que dispõe acerca da efetivação de servidores a título precário ao quadro da Administração Pública Estadual, por meio do acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade distribuída sob o nº 4876/DF, devendo ser observados os prazos da referida modulação.

Com a modulação dos efeitos no julgamento da inconstitucionalidade da Lei Complementar Estadual nº 100/2007, sendo o servidor efetivado regido pelo regime estatutário, e ausente o reconhecimento de nulidade do contrato celebrado ente eles e a administração, incabível, portanto, o direito à percepção de FGTS pelo período em que ocupou o cargo.

Recurso desprovido.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, a recorrente sustenta violação do art. 19-A da Lei do FGTS, ao fundamento de que "[...] o que se busca não é transmutar em celetista o vínculo existente entre a parte Recorrente e a parte Recorrida, mas assegurar a concessão do direito à percepção de FGTS, legalmente assegurado. [...]" (e-STJ, fl. 297), referindo-se ao seu contrato de trabalho com a administração

Superior Tribunal de Justiça

pública estadual.

Pugna pela existência de dissídio jurisprudencial a respeito da interpretação do art. 19-A da Lei do FGTS consoante as razões acima.

Com contrarrazões.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o entendimento assentado pela Corte de origem alinha-se à jurisprudência do STJ no sentido de que o FGTS não é garantido ao servidor público admitido por contrato temporário excepcional, mas apenas para o trabalho oriundo de investidura em cargo ou emprego público, posteriormente anulado por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CF/1988. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. RELAÇÃO DE CARÁTER JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. SUJEIÇÃO ÀS REGRAS DE DIREITO PÚBLICO.

O entendimento manifestado no acórdão estadual não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que o direito ao FGTS não é garantido ao servidor público admitido por contrato temporário excepcional, mas apenas para o trabalho oriundo de investidura em cargo ou emprego público, posteriormente anulado por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CRFB/88. Desse modo, não há falar em direito aos respectivos depósitos. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.485.297/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 9/3/2015)

Incide, à hipótese, o teor da súmula 568/STJ (O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator